

A discriminação racial como forma de violência: um desafio para a educação hoje¹

Adriana Lira²
Denise Lima³

Introdução

O cumprimento do dever na promoção da convivência entre os indivíduos para respeito às diferenças de cor e raça, gênero, religião, orientação sexual, classe e tantas outras nem sempre ocorre nas escolas. A falta de atividades para promoção da convivência de diversas culturas acaba por agravar os preconceitos e os estereótipos existentes. Entre esses, destaca-se o preconceito racial. Diversas são as manifestações de discriminações para com estudantes negros não apenas entre alunos, mas também entre adultos e estudantes com acentuadas diferenças entre brancos e negros. Incomodadas com estas questões, as autoras, pesquisadoras na área de violências e educação antirracista, respectivamente, buscaram unir esforços para refletir e apresentar o racismo como forma de violência grave, uma vez que ele tem efeitos devastadores para a população negra brasileira.

Embora não haja consenso entre os pesquisadores acerca de definição para o fenômeno da violência, segundo Charlot (2005), há sempre uma opinião, reconhecida ou oculta, sobre o que se pode aceitar ou não em relação ao tratamento dado aos indivíduos, neste caso, estudantes negros. A

Este trabalho tem como principal objetivo averiguar a existência da violência racial na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o que faz a escola para superá-la. Para tanto, realizou-se pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa. Os dados, coletados em 2011, em instituição da rede pública escolar do Distrito Federal em seis turmas de estudantes do ensino fundamental, reúnem uma amostra de noventa estudantes e seis educadores. As informações prestadas pelos estudantes e professores foram consensuais no que se refere à identificação da falta de um trabalho de prevenção e superação deste tipo de violência que ocorre de muito naturalizado. Assim, verificou-se que a escola, portanto, deixa a desejar no cumprimento de sua missão que é a de preparar os estudantes para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira para o respeito às diversas culturas e à valorização da população negra.

¹ Versão reformulada do trabalho “Escolas urbanas: contra a violência, contra a discriminação racial”, apresentado na modalidade comunicação oral, no V JUBRA, Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira, 2012.

² Mestre em Educação – Universidade Católica de Brasília. E-mail: adrianalira@ucb.br

³ Mestre em Educação – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: advdenise@yahoo.com.br

discriminação racial inferioriza o estudante negro, o que acaba por gerar ainda mais desigualdade. No entanto, nas escolas, verifica-se que geralmente esta ação é silenciada ou omitida em contradição às diversas leis que pregam a igualdade e a integridade do indivíduo, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2010) e a Constituição Federal (BRASIL, 2010a).

Neste sentido, o presente estudo apresenta dados de uma pesquisa realizada na capital brasileira com estudantes da modalidade da EJA, cujo fenômeno da discriminação racial é uma de suas realidades. Contudo, destaca-se a forma naturalizada como este vem ocorrendo.

Antes da apresentação dos dados de pesquisa propriamente dita, far-se-á uma breve exposição a fim de situar o leitor sobre as definições pertinentes ao tema. O artigo convida à reflexão sobre o papel da escola em face dessa violência racial ocorrida em seu cotidiano, acentuando ainda mais as diferenças entre brancos e negros. A dificuldade de convivência com as diferenças faz com que as escolas, na realidade brasileira ou em outro lugar, se tornem territórios de violências. Porém, as instituições parecem ainda não terem si dado conta disso, voltando-se a cuidar excessivamente da segurança física, no afã de superá-las (Cf., p. ex., LIRA; GOMES, 2010).

Discriminação racial como forma de violência

Verifica-se na literatura que várias são as definições dadas ao termo violência. Até porque novos paradigmas das violências vêm se desenvolvendo, assumindo assim, novos significados, ampliando-se o conceito e incluindo eventos que passam por práticas costumeiras nas relações sociais. Apesar de uma vasta literatura sobre essa temática, cujo fenômeno é desafio no Brasil e no mundo, verifica-se a necessidade de maior atenção à discriminação racial como forma de violência grave que vem se proliferando no contexto escolar.

Assim, não se pretende apresentar definições tradicionais para o termo “violência”, mas destacar alguns conceitos que acabam por justificar a discriminação em relação à cor/raça como forma de violência específica, assim como outras formas de manifestação quase sempre mais exploradas (violência sexual, física, etc.). Acredita-se que refletir sobre esse problema tão presente no contexto brasileiro, é um primeiro passo para a superação deste desafio, ao mesmo tempo em que se aponta que a escola exerce responsabilidade frente a este problema que acaba por contribuir para um Brasil ainda mais desigual.

Para Charlot (2005, p. 24), “violência” é o nome que se dá a um ato, a uma palavra, a uma situação, entre outros, quando o indivíduo é tratado como objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível. Ainda de acordo com Charlot (2002), a violência escolar se classifica em três níveis: violência física (golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo), incivilidades (humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito) e violência simbólica ou institucional (ensino como desprazer, relações de poder entre alunos e

professores, etc.). A discriminação racial, por sua vez, se manifesta em todos esses níveis. Outra definição importante para identificar o racismo como forma de violência grave é a apresentada por Michaud (1989, p.11) que considera que há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, ou seja, em sua integridade física, moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais, tal qual estão submetidos estudantes negros.

Ambos os conceitos anteriormente apresentados são suficientes para destacar o racismo com uma das facetas de violências pelas quais estão submetidos estudantes negros, cujos efeitos são perversos para esses. Todavia, essa forma de violência tem passado despercebida mesmo na escola, local, por excelência, de aprendizagem e constituição do indivíduo como cidadão. Assim, questiona-se: Como se pode falar em educação de qualidade para todos, se, ao mesmo tempo, se naturaliza o preconceito racial no espaço escolar? Como a escola encaminha este problema de modo a promover a convivência e o respeito à diversidade?

Destaca-se aqui a importância do educador como mediador de conflitos ou na não-permissão que esses aconteçam, principalmente, no trabalho de orientação de estudantes para cumprir a sua missão que é a de preparar estudantes para compreensão de História e Cultura da África e Afro-brasileira, levando-os ao respeito às diversas culturas e à valorização da população negra, conforme determina a Lei Federal n. 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003). Ao contrário, a violência racista tem sido muitas vezes banalizada no espaço escolar, às vezes com a omissão dos professores em face de posturas excludentes. Atitudes essas tão graves quanto às práticas discriminatórias. Assim, considera Lira (2010) que a escalada das violências, em geral devido à omissão da escola, à banalização dos fatos ou ao investimento de medidas pouco exitosas, como, por exemplo, o excesso de segurança física, contribui consideravelmente para o descrédito da escola enquanto instituição formadora, já que ela fica estigmatizada, além de contribuir para o fracasso escolar e as desigualdades sociais.

No que se refere à violência racista contra o indivíduo, ela pode ser física, variando de agressões a homicídios, e psíquica. Quanto a essa, Costa (1986) analisa seus elementos constitutivos e elenca algumas constatações: 1) a identidade do negro é destruída; 2) a violência racista é capaz de subtrair a vontade do negro de explorar suas potencialidades; 3) o pensamento negro é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor da pressão racista. De modo que todo o desenvolvimento do indivíduo é comprometido em face da opressão racial a que é ou está submetido. Argumento ratificado por Bento (2009, p. 54), em estudos dedicados ao branqueamento, onde revela: “A militância negra tem destacado persistentemente as dificuldades de identificação racial como um elemento que denuncia uma baixa autoestima e dificulta a organização negra contra a discriminação racial”.

Vale salientar que as discriminações também se manifestam institucionalmente. É importante observar que as instituições estão presentes na atividade humana, não somente no trabalho, mas nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, de acesso à justiça, e outras. Neste aspecto, reforça Hasenbalg (1992), o racismo está em

todas as etapas do ciclo de vida de um indivíduo negro ou mestiço no Brasil, está presente em tudo que tem a ver com a construção da sociedade: família, escola, trabalho e outros, devendo, pois os educadores e a escola estar atentos a esta questão, uma vez que em todos esses espaços cotidianos, a violência institucional se apresenta: de modo omissivo, quando seus agentes não empreendem mecanismos para combater a reprodução de valores racistas, ou de modo omissivo, quando cometem atos discriminatórios contra os grupos.

Para ilustrar, citam-se alguns exemplos: 1) na família: a ideia de “cabelo ruim” é passada na infância, as crianças são expostas a imagens estereotipadas sobre negros e mestiços, desde que começam a falar (HASENBALG, 1992); 2) na escola: nas interações professor/aluno branco, percebe-se um tratamento diferenciado e mais afetivo dirigido às crianças brancas, a essas o contato físico é natural, acompanhado de beijos, de abraços e de toques (CAVALLEIRO, 2003); e 3) no trabalho e renda: [...] dados apresentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam que nas filiais de cinco maiores bancos privados do país, no Distrito Federal, em 2005, havia uma proporção de 19% de trabalhadores negros, e seus salários, em média, se restringiam a cerca de 55% do que recebiam os trabalhadores brancos, embora o grau de escolaridade daqueles não fosse menor que esses (JACCOUD, 2008).

Diante do exposto, o debate em torno das relações raciais deve envolver não somente as minorias discriminadas, mas os indivíduos, grupos e instituições privilegiados que acabam dando visibilidade a um discurso racializado, ainda que de modo silencioso (BENTO, 2009). Daí a necessidade de um trabalho na sala de aula, capaz de combater esse discurso. Nessa perspectiva, entendendo que a escola se constitui um dos espaços mais privilegiados no processo formativo do estudante – cuja tarefa é a transmissão de conhecimentos – a educação para as relações raciais se alia à necessidade de se romper com um modelo educacional historicamente herdado baseado em pressupostos de universalização e construção de uma cultura única. Precisa-se, portanto, criar alternativas tendo em vista uma educação antirracista.

O racismo, o aluno e a escola

Estudos recentes como, por exemplo, os de Cavalleiro (2001) e Bento (2006) sobre questões raciais educacionais, principalmente referentes à inserção de negros e brancos em espaços escolares, apontam a existência do racismo como promotor de desigualdades e tratamentos discriminatórios no espaço escolar. Na mesma via, autores contemporâneos, ao analisarem os discursos em livros didáticos sob o aspecto ideológico, sustentam a presença de relações de desigualdades raciais (PINTO, 1987; SILVA, 2008). Assim, o Estado e suas instituições são fundamentais na desconstrução do preconceito. Neste contexto, a escola deve desempenhar papel essencial, buscando formar sujeitos ativos e críticos, optando pela negação de preconceitos raciais enraizados, e estar alerta e aberta para propor debates e reflexões sobre posturas e práticas antirracistas.

Neste sentido, a promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que determina incluir no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências, representou um avanço no sentido da promoção da igualdade racial, ao colocar o tema na pauta do educador: discussões sobre raça, preconceito, discriminação, racismo e valorização da população negra. Além disso, a referida legislação que acrescentou o artigo 26-A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, (BRASIL, 2010) traz em seu texto todos os pré-requisitos para ser acolhida, já que não fere nem ofende nenhum princípio constitucional. Aliado ao texto constitucional de 1988 (BRASIL, 2010a), o artigo da LDBEN, ao exigir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, concretiza via política pública educacional um instrumento capaz de dar resposta às demandas sociais exigidas, principalmente pelos movimentos sociais negros e pela sociedade civil.

Bento (2006) enfatiza que os negros, ao conviverem numa sociedade que os discrimina e os associa a uma imagem negativa, internalizam e criam um juízo ruim sobre si mesmos e sobre seu povo. Muitos, ao se sentirem inferiores, na visão da autora, reproduzem um dos efeitos mais perversos do racismo: a perda da autoconfiança. Contudo, a existência do texto legal só se transformará em direito para toda a comunidade escolar na medida em que a escola construir em seu interior promover práticas concretas de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.

Metodologia

A pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa foi realizada em 2011, em uma escola urbana da rede pública de ensino do Distrito Federal em seis turmas de estudantes da EJA e reúne uma amostra de seis educadores e 90 estudantes do ensino fundamental dos turnos matutino e noturno de uma mesma escola.

Inicialmente, a pesquisa tinha como meta ouvir apenas estudantes negros por meio de grupos focais e entrevistas. Porém, na oportunidade, acabou-se por realizar também um grupo focal com professores dessas turmas, oportunizando assim, um confronto das informações prestadas por discentes e docentes.

No que se refere ao perfil dos estudantes, trata-se de estudantes de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, com idade entre 18 a 50 anos.

Em relação aos professores que compuseram esta amostra, quatro eram mulheres e dois eram homens. Todos eram efetivos e todos tinham mais de 10 anos de atuação como docente nesta modalidade de ensino. Em relação à formação, todos eram licenciados e dois estavam cursando o Mestrado em Educação. No que se refere à idade, tinham entre 30 e 50 anos de idade. As disciplinas por eles ministradas eram: Língua Portuguesa, História e Geografia.

Os dados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo, nos moldes de Bardin (2009), que orienta sobre as fases fundamentais a serem consideradas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O principal objetivo deste trabalho foi,

conforme destacado anteriormente, averiguar a existência da violência racial na EJA e o que faz a escola para superá-la.

Análise e discussão dos dados

Cavalleiro (2001) destaca que as questões raciais nem sempre são levadas em conta no fazer profissional, de modo que no cotidiano escolar nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção de preconceitos seja um problema.

Com base nessa reflexão, observou-se que das seis turmas pesquisadas, apenas uma dessas declarou que era trabalhado o tema de História e Cultura da Afro-brasileira e Africana. As aulas eram contextualizadas pela professora com textos escritos, realização de debates e, posteriormente, produção de textos. Entretanto, a temática não era desenvolvida em outras disciplinas e em outras turmas na escola sob a alegação de tempo para vencer os conteúdos, assim, afirmaram duas das professoras em grupo focal, sendo ratificadas por outros colegas:

“(...) nós não trabalhamos com frequência a temática do negro, porque são muitos os conteúdos instituídos pela Secretaria para vencermos (...), mas trabalhamos, em novembro, no Dia da Nacional da Consciência Negra” (Professora de História, 47 anos).

Ao se referir ao Dia Nacional da Consciência Negra como um dia “eleito” para a discussão das questões raciais, assim observa uma das professoras:

“No dia da Consciência Negra dedicado pela escola, vemos, por exemplo, as meninas negras mais bonitas, com cabelos chapados, ou seja, elas se valorizam mais” (Professora de Geografia, 32 anos).

Estas falas revelam concepções carregadas de preconceitos, tanto em relação ao espaço cedido para as discussões raciais que estão limitadas à referida data como em relação ao que denominam beleza negra. O termo *cabelos chapados* associado à beleza ratifica modos estereotipados de tratar o tema.

Vale salientar que a data 20 de novembro fora instituída anteriormente, consta-se que em 1971, porém a sua inserção no calendário escolar pela Lei nº 10.639/2003 demonstra uma preocupação em trazer para o cotidiano escolar um dia representativo para a população negra, já que, os calendários escolares estão carregados de representações eurocêntricas, tais como: Semana Santa, festas juninas, Independência do Brasil, entre outras referências. .

Com a fala dos professores, verificou-se que a Lei Federal n.10.639/2003, com quase uma década de promulgação, está longe de ser efetivada. A fala citada acima, conduz a seguinte pergunta: Um dia do ano será suficiente para trabalhar a consciência dos estudantes para que desmistifiquem a visão negativa que eles têm sobre a cultura africana e sobre o povo africano? Como por exemplo, no discurso de um estudante: *“Eu acho que na África é muita miséria”* (Grupo focal, aluno, 6ª série, 39 anos).

Além da confirmação de que a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em geral, não ser trabalhada, foi consenso entre os estudantes, participantes da

pesquisa, a denúncia de manifestações racistas e discriminatórias em relação aos negros no ambiente escolar, feitas por colegas, e, também por professores:

“Alguns colegas já me chamaram de nega do cabelo duro. Em alguns momentos me senti excluída do grupo por ser negra. A professora também via que isso existia, mas nunca se manifestou ou adotou qualquer posicionamento para tratar do fato” (Entrevista, aluna, 5ª série, 28 anos).

No discurso da estudante, tem-se que a discriminação racial se manifesta de modo ativo e omissivo, já que a ausência de posicionamento da professora perante o fato revela o quanto a discriminação racial é assimilada passivamente no cotidiano escolar. São várias as queixas de estudantes que revelam o preconceito contra estudantes negros:

“Por exemplo, eu já ouvi professores contarem piadas racistas em sala, mas eu não podia fazer nada” (Grupo focal, aluna, 6ª série, 32 anos).

Neste sentido, pesquisa recente, 2009, sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstrou que todas as pessoas envolvidas com a Escola, desde os pais até os docentes, praticam algum tipo de discriminação. 99,3% dos alunos, pais e funcionários tem algum tipo de preconceito étnico-racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração, orientação sexual ou territorial.

Em conversa com os estudantes, verificou-se que vários são os relatos de práticas discriminatórias no ambiente escolar. No grupo focal, foi notória a insensibilidade dos professores para com a questão da discriminação racial. Em geral, verificou-se que os educadores estão voltados para questões rotineiras e para a transmissão de conteúdos, tornando-se insensíveis às questões raciais presentes no cotidiano escolar.

Neste contexto de investigação sobre a superação da discriminação racial em sala de aula, verificou-se que apenas uma professora desenvolve um trabalho de orientação aos estudantes. Esta professora de Língua Portuguesa (Profª M.) ganhou o respeito dos estudantes, motivando-os para a reflexão da questão racial, racismo, preconceito e discriminação raciais.

As pesquisadoras, inspiradas por esta professora, e por acreditarem na possibilidade de o professor ser o diferencial para superação da violência racista na escola, reservaram o espaço que se segue para apresentação de alguns depoimentos que julgaram satisfatórios sobre a questão em estudo, das turmas investigadas:

“A professora nos apresenta aos poucos a História da África, ao mesmo tempo em que nos convida a quebrar os preconceitos que trazemos já da nossa família. Hoje, tenho mais amigos negros” (Entrevista semiestruturada, aluna, 6ª série, 22 anos, noturno).

“Eu sou negro e confesso que só depois do trabalho da professora foi que eu comecei a entender a História da África. Sou aluno da professora desde o ano passado e pelo que percebo este é um compromisso da professora, discutir o preconceito em sala de aula” (Grupo focal, aluno, 6ª série, 35 anos, noturno).

“O trabalho desenvolvido nesse semestre foi muito importante com vários assuntos importantes para o nosso futuro e moral. Aprendemos a respeitar as pessoas com igualdade, sem discriminação ou preconceito. [...] Foi um trabalho maravilhoso, eu gostei tanto do Mumba, com o trabalho do racismo. (Entrevista, aluno, 6ª série, 29 anos, noturno).

“Antes de estudar com a Profª. M., eu não sabia como no Brasil ainda tem tanto racismo! Eu aprendi muito com ela como os negros são fortes para lutar pelos seus direitos e eu vou ser um deles” (Grupo focal, aluno, 5ª série, matutino).

“A experiência que tive nesse trabalho do Nairobi, foi que eu aprendi que não devemos ser racistas e valorizar mais os negros. [...] Aprendi a ver um lado do preconceito que eu não sabia e também achei muito interessante porque eu aprendi a me ver e me aceitar também” (Grupo focal, aluna, 5ª série, noturno).

Em síntese constatou-se, nos depoimentos acima, que os alunos expressam o que aprenderam, falando da importância de adotarem práticas antirracistas em seu cotidiano, de modo a ampliar conhecimentos e contribuir para melhorar e solucionar questões coletivas. Por meio destes depoimentos, ficou evidenciada a importância que o educador exerce na formação de seus estudantes, não apenas no que se refere ao desenvolvimento de habilidades e competências, mas, sobretudo, na promoção da convivência no respeito à diversidade, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

Em Freire (1996), releu-se e reforça-se a necessidade de se construir um novo olhar sobre a educação. Com ele, percebe-se a importância do amor nas relações pedagógicas, capaz de transformar a vida; a importância da troca, do coletivo, da parceria em educação, do compartilhar com o outro: o diálogo, a palavra, a humildade, o encontro e reencontro, o pensar autêntico, o respeito ao indivíduo, às suas diferenças e à cultura de cada um.

Todavia, cumpre lembrar os cuidados destacados por Chagas (2008) ao trabalhar a temática da cultura afro-brasileira. É preciso estar atento para cumprir um dos objetivos trazidos pela lei, ou seja, não reproduzir a ideia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros, de modo que o que deve ser desenvolvido nos alunos é o senso crítico na perspectiva de que outra imagem seja construída. À obrigatoriedade imposta pelo Estado devem ser acrescentados compromisso e responsabilidade do professor.

Considerações finais

A violência racista, que ocorre de modo muito naturalizado no espaço escolar, precisa ser considerada e tratada como as demais formas de manifestação da violência, fazendo valer as tantas leis já conquistadas, como, por exemplo, a Lei Federal nº. 10.639/2003.

O pressuposto da referida Lei não é apenas a aquisição do novo conteúdo, mas pautar a temática racial na educação básica a fim de garantir um aprendizado exitoso seja na educação regular ou na educação de jovens e adultos. Entretanto, faz-se necessário que



Revista África e Africanidades - Ano 6 – n.18, jan. 2015 – ISSN 1983-2354
www.africaeafricanidades.com.br

a escola também participe, ativamente, refletindo em que sociedade se encontra, qual modelo deseja reproduzir e qual o cidadão deseja formar.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona Edições, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo: Ática, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 25-57.

BRASIL. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação*. 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010a. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo negro, 2001.

CAVALLEIRO. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Formação docente e cultura afro-brasileira. *Revista África e Africanidades*, ano 1, n. 3, nov. 2008. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com>. Acesso em 07 maio 2011.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

CHARLOT, Bernard. Prefácio. ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, 2005. p. 17-25.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Negros e mestiços: vida cotidiano e movimento. In: SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. (Orgs.). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p.149-164.

JACCOUD, Luciana. O Combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

LIRA, Adriana; GOMES, Candido Alberto da Costa (Orient.). *A organização escolar: a relação entre clima e violências*. 206 f. Brasília. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

MEC/INEP/FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf> Acesso em: 02. ago. 2010.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, Regina P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 63, p. 88-92, nov. 1987. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/659.Pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

SILVA, Vinícius Baptista da. *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.